

DEBATE

ARGUMENTAÇÃO E DEBATES LINGÜÍSTICOS NO BRASIL

M. Victória R. RUBEN (CLE - UNICAMP/CNPq)* **

ABSTRACT: This article deals with the analysis of different answers given by some linguists to a question about their personal view of the debates in which they were engaged. This is an extension of a former research in which I analyze some linguistic debates which took place in Brazil some years ago. Herewith, a linguistic methodology on argumentation analysis was developed, combining rhetoric with pragmatic perspectives. The results point out comprehension possibilities of a fundamental mechanism of the scientific history.

0. Introdução.

Este trabalho representa a continuação de uma pesquisa iniciada há cinco anos tendo como foco cinco debates ocorridos entre lingüistas no Brasil, e publicados pela revista D.E.L.T.A. durante 1985 e 1992.

Na primeira parte, apresenta-se um *corpus* de respostas (a um questionário submetido a alguns lingüistas no Brasil em 1992) cuja característica é a aceitação ou a refutação da existência de debates. Como tais respostas estão vinculadas a eventos que aconteceram de fato e que foram analisados em trabalho anterior (Ruben, 1993), a diversidade de opiniões refletidas por essas respostas obrigava a continuar a pesquisa de modo a encontrar uma explicação.

Baseando-me num estudo argumentativo, utilizando uma síntese de métodos tradicionais para o estudo da argumentação - cuja apresentação se encontra na segunda parte deste trabalho - efetuo uma observação sistemática do *corpus* de respostas - na terceira parte.

Na quarta e na quinta partes deste trabalho, procuro traçar uma explicação para os problemas levantados, aprofundando o estudo de alguns elementos da argumentação: os postulados e os *loci*. Esses elementos mostram que é possível mapear algumas características

comuns, que implicam a existência de uma região argumentativa comum do ponto de vista do conteúdo e não necessariamente da forma dos argumentos.

Deste modo, procurando esclarecer o problema colocado pelas respostas, chego ao reconhecimento das regras éticas geradas nos eventos que as antecederam, e com ele, a um esboço provisório do mecanismo dos debates científicos.

1. As respostas

No trabalho de 1993, abordei o estudo de cinco debates lingüísticos procurando analisá-los tanto do ponto de vista interno como externo. No final do mesmo, cada autor responde um breve questionário de quatro perguntas, feito em função de que cada um expusesse suas opiniões sobre a lingüística, sobre a sua trajetória profissional e sobre os próprios debates em que se viram envolvidos. Este questionário aparece num apêndice e, assim, as respostas ficaram fora do *corpus* de análise daquele trabalho (que chamo de *corpus de '93*).

Para o presente ensaio, tomo as respostas dos autores à quarta questão daquele questionário como *corpus* de análise, e passo a chamar esta amostra de *corpus de '94*. A seguir transcrevo essas respostas.

Pergunta: COMO VOCÊ VÊ HOJE O DEBATE MANTIDO COM....?

Respostas:

1. Rafael E. Hoyos-Andrade: "Considero que não houve propriamente um debate, na medida em que a interessada fechou intencional e explicitamente a porta a todo diálogo. Contentou-se ela com criticar a resenha que eu fizera de seu trabalho, utilizando argumentos de autoridade e desprezando claramente aquele que tinha ousado tecer alguns comentários negativos (em meio a muitos outros positivos) à sua tese. Minha réplica tentou colocar as coisas nos seus devidos lugares: mostrei como a resenha rejeitada ressaltava aspectos positivos não devidamente valorizados pela professora; tratei-a com o respeito devido a uma colega, respeito esse que ela, infelizmente, não manifestou pelo seu pretenso "adversário", e deixei as portas bem abertas para um eventual e autêntico debate que mantivesse o nível científico e acadêmico recomendável em casos como esse. Este

episódio parece comprovar a imaturidade e o radicalismo da nossa (?) lingüística, mencionados antes. Espero, sinceramente, que as novas gerações de estudiosos da lingüística estejam melhor preparadas para um diálogo científico e rigoroso mas, por que não, amistoso ao mesmo tempo. Como dizemos em espanhol: 'Lo cortés no quita lo valiente'.

Assis, 7 de agosto de 1992." (apud Ruben, 1993:398)

2. Mário Perini: "Não foi propriamente um debate. Cá pra nós, eu nem deveria ter publicado aquele artigo - lingüística histórica é pra gente grande.

Belo Horizonte, agosto de 1992." (ibid.p.403)

3. Mary Kato: "O debate que fiz em relação ao trabalho de Mário Perini deve ser visto levando em conta as circunstâncias em que tive de fazê-lo. Eu quis, como editora responsável, que a Revista fosse um lugar para debates construtivos sobre a ciência lingüística.

O que posso dizer sobre aquele trabalho em especial, é que, embora não sendo funcionalista (na perspectiva que Mário Perini escolheu), procurei colocar-me dentro do mesmo ângulo de reflexão e não fazer apenas agressões ideológicas. Ideologias diferentes implicam muitas vezes objetos de investigação diferentes. Eu poderia atacar o trabalho dele usando uma perspectiva formalista, mas, na verdade, eu não estaria fazendo um debate real. Seria um diálogo entre surdos, não é mesmo?

São Paulo, julho de 1992." (ibid.p.415)

4. Marcelo Dascal: "O não-debate que mantive com Izidoro Blikstein (já que não houve resposta a minhas críticas) toca pontos fundamentais, que ainda requerem clarificação. A questão da relação pensamento/ linguagem continua sendo o foco de intensas pesquisas em várias áreas e de tentativas - ainda não bem sucedidas - de clarificação dos conceitos básicos envolvidos na questão. Nestes dias, por exemplo, acabo de escrever um longo artigo para o *Handbuch der Sprachphilosophie* analisando esta questão.

Tel Aviv, 8 de agosto de 1992." (ibid.p.417)

5. Izidoro Blikstein: "Não mantenho *debate* com o prof. Dascal. Li a sua crítica sobre o livro *Kaspar Hauser ou A fabricação da Realidade* e

não vi necessidade de alguma réplica, pois as respostas às objeções e dúvidas do prof. MD encontram-se no próprio livro.

São Paulo, agosto de 1992." (ibid.420)

6. Ana L. Müller: "Vejo qualquer debate científico como extremamente produtivo. Parece-me que este debate em particular suscitou bastante discussão sobre os pontos de partida da Sociolinguística Laboviana. Atualmente não manteria tão ortodoxamente a posição que defendi então.

São Paulo, 12 de agosto 1992." (ibid.p.421)

7. José Borges Neto: "Poderíamos chamá-lo de "o debate que não houve", na medida em que Fernando Tarallo recusou-se a debater.

Talvez seja interessante recuperar a história que antecedeu a publicação do texto escrito por mim e pela profa. Ana Lúcia Müller.

Quando recebi a revista *D.E.L.T.A.* com o texto dos "camaleões" de Tarallo, achei que poderíamos - eu e Ana Lúcia - escrever algo em resposta (o assunto em questão era justamente um dos assuntos que discutia constantemente com Ana Lúcia, então minha aluna no mestrado da UFPR). Achei que a experiência em universidades americanas e européias apresentada por Tarallo, bem como o fato de seu texto ter sido publicado na secção "Debates" da *D.E.L.T.A.*, não só permitia como até pedia respostas. Antes da publicação, passei a Tarallo uma cópia do texto para que ele já fosse preparando uma "tréplica" - lembro de ter dito a ele: "precisamos animar o marasmo em que vive a linguística brasileira". Para minha surpresa, Tarallo reagiu da forma mais infantil possível, recusando o debate. Simplesmente, reconheci meu erro de julgamento e esqueci o assunto. Para mim, após a resposta dele, o "debate" frustrado deixou de ser uma questão para linguistas e passou a ser uma questão para psicanalistas.

Por outro lado, a questão epistemológica envolvida na proposta do camaleão, porque muito freqüente no contexto brasileiro, continua me preocupando e continuo achando que deve merecer uma discussão mais aprofundada por parte da comunidade dos linguistas brasileiros. Creio que Tarallo tocou num ponto crucial, e o fez de um modo suficientemente interessante para que eu até me dispusesse a comentar seu trabalho. O que Tarallo infelizmente não entendeu - e os linguistas brasileiros em geral freqüentemente não entendem - é que a discordância é um modo de mostrar que a palavra do outro nos

interessa. Eu posso discordar de muita gente, mas só vou me dar ao trabalho de responder àqueles a quem respeito.

Curitiba, 24 de agosto 1992." (ibid.p.427)

8. Anthony Naro: "Não mudei de posição quanto às idéias expressas no debate. Para mim, a gramática gerativa continua sendo um grande fracasso, capaz de inventar razões para a agramaticalidade de **who do you know the fact that came*, mas incapaz de explicar a relevância do problema fora do quadro teórico da própria gerativa. Em outras palavras, ela resolve apenas os problemas que ela mesma cria, sem dar nenhuma luz sobre o uso, funcionamento, e mudança - tudo o que realmente ocorre no mundo. Entretanto, devo acrescentar que estou hoje em dia mais interessado na pesquisa no campo da variação: o debate teórico é uma simples diversão. Sei muito bem que ninguém vai mudar de posição.

Rio de Janeiro, 08 de agosto 1992." (ibid.p.428)

9. Sebastião Votre: "Acho que foi positivo e, na minha opinião, ainda não terminou. Veja que enviamos nova resposta aos professores Milton do Nascimento e Mike Dillinger, que ainda não foi publicada pela *DELTA*.

O debate nos permitiu localizar melhor as diferenças e, sobretudo, as semelhanças. Logo, favoreceu uma compreensão mais circunstanciada dos papéis desempenhados pelos diferentes paradigmas na descrição/interpretação da linguagem humana.

Rio de Janeiro, novembro de 1992." (ibid.p.430)

10. Milton do Nascimento: "A meu ver, na verdade, não houve tal debate. Creio que valeu a pena ter feito aquelas considerações sobre o trabalho dos referidos professores por terem provocado o artigo do professor Dillinger na *D.E.L.T.A.*, vol.7, n.1, 1991.

Belo Horizonte, agosto de 1992." (ibid.p.443)

11. Mike Dillinger: "Na verdade, não houve debate, porque não houve diálogo. À ausência de réplica de todos os autores, não há debate. O público não sabe se Anthony Naro e Sebastião Votre têm argumentos irrefutáveis para os problemas que eu e Milton do Nascimento levantamos, nem se Milton do Nascimento aceita minhas observações sobre sua posição, nem se Anthony Naro e Sebastião Votre mudaram de idéia por causa das outras contribuições ou se eu ou Milton

mudamos de idéia. A exposição unilateral de opiniões não constitui debate, no meu entender.

A D.E.L.T.A. fez um serviço importante ao levantar os pontos principais a respeito dos quais deve haver debate. No entanto, nunca vi, em nenhum encontro no Brasil, um debate sobre o recorte do objeto da lingüística.

Belo Horizonte, dezembro de 1992." (ibid.p.449)

Trata-se de procurar uma resposta para o problema que, em vista do meu trabalho anterior, colocam estas respostas, a saber: se efetivamente houve debate ou não, ou melhor, o que aconteceu realmente entre estes lingüistas que pode gerar respostas como estas - 63,6% negando que tenha ocorrido debate e 36,3% aceitando que houve debate - encontrando respostas contrárias até mesmo entre os participantes de um mesmo debate?

2. Do método e dos objetivos

O *corpus* de respostas acima requer uma análise do conteúdo. Tal análise torna-se acessível através de um estudo dos argumentos veiculados por cada uma das respostas. Para o estudo dos argumentos recorro a duas vertentes, já tradicionais, de análise argumentativa: a nova retórica de Perelman & Olbrechts-Tyteca, e uma linha de trabalho de caráter pragmático que procura esclarecer uma lógica da ação a partir do estudo da argumentação (para esta última, remeto ao trabalho de Kummer, 1976, na linha de G. von Wrigth).

A nova retórica de Perelman & Olbrechts-Tyteca (1971) apresenta uma teoria da argumentação a partir de uma classificação geral dos argumentos em: argumentos quase- lógicos (op.cit.p.193) e argumentos baseados na estrutura da realidade (op.cit.p.261). Tal classificação, contudo, não está isenta de implicações filosóficas quanto à demarcação entre ciência e hermenêutica - presente, por exemplo, no problema ontológico colocado pela definição dos objetos de acordo na argumentação: fatos, verdades, valores, presunções, *loci*, etc. Nas palavras dos autores, quando da definição de "fatos e verdades" enquanto objetos de acordo: "[...] It is not possible - nor would it be consistent with our purpose - to define 'fact' in a way that would enable us, at any time or place, to classify this or that concrete datum as a fact. On the contrary, we must stress that, in argumentation, the notion of

'fact' is uniquely characterized by the idea that is held of agreements of a certain type relating to certain data [...]." (ibid.p.67)

A nova retórica nos desafia a compreender os mecanismos da argumentação, evitando os lugares comuns em que ficou confinada a própria argumentação graças a sua associação com a retórica antiga. A nova retórica localiza os lugares comuns que fazem parte de nosso dia a dia, dentro de uma estrutura argumentativa que se revela como um mecanismo de conhecimento. Para Perelman, uma das condições da argumentação é a existência de objetos de acordo entre os indivíduos. Nesse sentido, interessa neste trabalho especialmente um dos objetos de acordo definidos pela nova retórica: os *loci*, objetos derivados dos *topoi* dos escritores gregos da antigüidade e cuja definição esclarecer-se-á ao longo deste trabalho de modo empírico.

O trabalho de I. & W. Kummer (1976), por sua vez, procura formalizar em termos de um sistema lógico uma parte do complexo campo da teoria da ação humana - a que diz respeito aos conceitos de ação e suas relações. Segundo os autores, este método tem aplicações tanto para a lingüística, compreendida enquanto ramo de uma teoria geral da ação humana, na linha de J.L.Austin e da teoria dos atos de fala de J.Searle; como para a teoria da argumentação no contexto das disciplinas filosóficas de retórica e filosofia do direito.

A análise que apresento a seguir, reconhecendo a influência dessas duas correntes, é de caráter empírico e obedece ao princípio de economia descritiva¹.

Assim, embora utilize o esquema metodológico geral apresentado em Kummer (1976), a saber: Argumento = Conclusão, axiomas, postulados, e operações lógicas que levam de uma estrutura de base para a estrutura superficial (do argumento), dele desprezarei a descrição formal das operações lógicas, por considerá-la desnecessária neste contexto². Por sua vez, a identificação dos *topoi/loci*, de acordo com Perelman & Olbrechts-Tyteca, terá aqui a função de sintetizar as premissas que justificam os argumentos, ajudando a atingir os objetivos deste trabalho: 1º. mostrar que, segundo estas respostas, a noção de debate é opaca e não é suficiente para caracterizar o que aconteceu; e, 2º. nos eventos que antecederam estas respostas (nos debates propriamente ditos contidos no *corpus* de '93), a configuração de regras

de comportamento (éticas) somente se tornou possível e adquire um sentido a partir da situação de debate. Nas conclusões esclarecer-se-á esta situação de aparência confusa.

3. Observação sistemática das respostas

O que está em jogo nas respostas é, à primeira vista, a aceitação ou não da ocorrência de um debate - dado que a pergunta já continha, de certo modo, a resposta, obrigando o interlocutor a tomar partido. Transcrevo a seguir a primeira resposta, indexando através de uma letra e um número (F1, F2, etc.) os segmentos que interessa destacar no texto.

1.Hoyos-Andrade: "Considero que não houve propriamente um debate, na medida em que a interessada fechou intencional e explicitamente a porta a todo diálogo (F1). Contentou-se ela com criticar a resenha que eu fizera de seu trabalho, utilizando argumentos de autoridade e desprezando claramente aquele que tinha ousado tecer alguns comentários negativos (em meio a muitos outros positivos) à sua tese (F2). Minha réplica tentou colocar as coisas nos seus devidos lugares: mostrei como a resenha rejeitada ressaltava aspectos positivos não devidamente valorizados pela professora (F3a); tratei-a com o respeito devido a uma colega, respeito esse que ela, infelizmente, não manifestou pelo seu pretensão "adversário" (F3b), e deixei as portas bem abertas para um eventual e autêntico debate que mantivesse o nível científico e acadêmico recomendável em casos como esse (F3c). Este episódio parece comprovar a imaturidade e o radicalismo da nossa (?) lingüística, mencionados antes (F4). Espero, sinceramente, que as novas gerações de estudiosos da lingüística estejam melhor preparadas para um diálogo científico e rigoroso mas, por que não, amistoso ao mesmo tempo. Como dizemos em espanhol: 'Lo cortés no quita lo valiente' (F5)".

De modo geral, esta resposta (1.HA) qualifica o fato acontecido (o debate) de modo negativo fornecendo os elementos que levaram o locutor a fazer tal qualificação.

O primeiro aspecto a ser destacado é de caráter metodológico e diz respeito à determinação da extensão da unidade que chamamos de argumento. Esta questão é bastante controversa e a literatura parece

não chegar a um acordo³. Dado que as críticas, de modo geral, se dirigem para a falta de análises empíricas que ajudem a definir de modo preciso esta noção, tento defini-la aqui de modo empírico baseando-me no esquema desenvolvido em Kummer (1976).

Assumo, assim, que cada resposta procura desenvolver um único argumento geral composto de conclusão, axiomas e postulados.

Este conjunto de categorias definem o caráter funcional das distintas proposições que aparecem no texto. Proposição, por sua vez, é aqui entendida como uma unidade de sentido sem valor funcional.

Os segmentos indexados no texto acima, representam proposições demarcadas de acordo com a sua função dentro do argumento. Assim, a resposta 1.HA pode ser analisada da seguinte maneira:

ARGUMENTO 1:

CONCLUSÃO: Se a autora não tivesse fechado a porta ao diálogo, teria havido debate. (Não houve propriamente um debate) (F1).

Axioma 1: A autora criticou minha resenha com argumentos de autoridade e desprezo (F2).

Axioma 2: Na minha réplica tentei ressaltar aspectos positivos de seu trabalho (F3a).

Axioma 3: Tratei-a com o respeito devido a um colega (F3b)

Axioma 4: Deixei as portas abertas para um autêntico debate que mantivesse o nível científico e acadêmico (F3c).

Axioma 5: Este episódio comprova a imaturidade e o radicalismo da nossa lingüística (F4).

Postulado: O diálogo científico rigoroso não implica inimizade (F5).

A proposição F1 tem a função de representar a CONCLUSÃO do argumento, enquanto F2, F3a, F3b, F3c e F4 representam os axiomas. A proposição F5 exprime o postulado.

Embora as noções de axioma e postulado remetam tradicionalmente para proposições "primitivas" de um sistema, geralmente, indutivo/dedutivo⁴, aqui se trata de empregá-las fora desse contexto lógico-matemático. A perspectiva segundo a qual se define o caráter primitivo dos axiomas é pragmática: é para o sujeito que essas proposições configuram axiomas, enquanto fases de um mesmo

argumento. Na argumentação, não se pode considerar um ponto de vista universal/pragmático a menos que se aceite o caráter axiomático das asseverações. É o caráter axiomático, que adquirem para o sujeito as distintas asseverações que efetua dentro de um argumento, que é universal e não, o conteúdo específico das proposições.

Uma digressão ainda para esclarecer a diferença entre axioma e postulado que aqui faço. "Postulados" são aquelas proposições cujo conteúdo exprime um valor tido pelo locutor como aceito pela sua comunidade lingüística, um valor consensual, ao contrário dos axiomas, em que a característica é o valor individual. Em outras palavras, neste trabalho, "axioma" é aquela proposição que veicula um valor do locutor tido por ele como seu -, enquanto "postulado" é aquela proposição que veicula um valor tido como consensual pelo locutor (ou que ele acredita ser aceito pela sua comunidade lingüística). Esta característica permite a associação dos postulados com a noção de *topos/locus* de Perelman, que também caracteriza um valor consensual e é representada através de premissas de caráter geral (este assunto será tratado na parte 4).

Observemos quais as conclusões expressas pelos diferentes argumentos.

2. Mário Perini.

ARGUMENTO 2:

CONCLUSÃO: Não foi propriamente um debate.

Axioma 1: Não deveria ter publicado aquele artigo.

Postulado: quem quiser trabalhar com lingüística histórica precisa estar à altura das exigências.

3. Mary Kato.

ARGUMENTO 3:

CONCLUSÃO: As circunstâncias me obrigaram a fazer o debate.

Axioma 1: Eu quis, como editora responsável, que a Revista fosse um lugar para debates construtivos sobre a ciência lingüística.

Axioma 2: Procurei (no debate) me colocar na mesma perspectiva funcionalista de P.

Axioma 3: Procurei não fazer agressões ideológicas.

Axioma 4: Ideologias diferentes implicam muitas vezes objetos de investigação diferentes.

Postulado: Atacar um trabalho a partir de uma perspectiva diferente não seria fazer um debate real (um diálogo entre ouvintes), mas um diálogo entre surdos.

4. Marcelo Dascal.

ARGUMENTO 4.

CONCLUSÃO: Se B. tivesse respondido às minhas críticas, teria havido debate. Ocorreu um não-debate.

Axioma 1: O assunto toca pontos que ainda requerem clarificação.

Axioma 2: A questão da relação pensamento/linguagem continua sendo o foco de intensas pesquisas em várias áreas e de tentativas - ainda não bem sucedidas - de clarificação dos conceitos básicos envolvidos na questão.

5. Izidoro Blikstein.

ARGUMENTO 5.

CONCLUSÃO: Se tivesse visto a necessidade de replicar as críticas feitas pelo prof. D. a meu livro, teria respondido. Não mantenho debate com o prof.D.

Axioma 1: As respostas às objeções e dúvidas do prof. D. encontram-se no próprio livro.

6. Ana Lúcia Müller.

ARGUMENTO 6.

Postulado: Todo debate científico é extremamente positivo.

CONCLUSÃO: Este debate em particular suscitou bastante discussão sobre os pontos de partida da sociolinguística laboviana.

Axioma 1: Atualmente não manteria tão ortodoxamente a posição que defendi então.

7. José Borges Neto.

ARGUMENTO 7.

CONCLUSÃO: Se F.T. não tivesse se recusado a debater, teria havido debate. Poderíamos chamá-lo de "o debate que não houve".

Axioma 1: É necessário recuperar a história que antecedeu o texto escrito por mim e pela profa. AM.

Axioma 2: o texto dos camaleões era incitante pois o assunto era justamente assunto de discussões com AM.

Axioma 3:...

...Postulado: A discordância é um modo de mostrar que a palavra do outro nos interessa. A discordância veiculada através de uma resposta implica uma forma de respeito pelo interlocutor.

8. Anthony Naro.

ARGUMENTO 8.

CONCLUSÃO: Não mudei de posição quanto às idéias expressas no debate. [Houve debate].

Axioma 1: A gramática gerativa continua sendo um grande fracasso, capaz de inventar razões para a agramaticalidade de **who do you know the fact that came*, mas incapaz de explicar a relevância do problema fora do quadro teórico da própria gramática gerativa.

Axioma 2: Ela [a gramática gerativa] resolve apenas os problemas que ela mesma cria, sem dar nenhuma luz sobre o uso, funcionamento e mudança - tudo o que realmente ocorre no mundo.

Axioma 3: Hoje estou mais interessado na pesquisa no campo da variação.

Postulado: No debate teórico ninguém muda de posição.

9. Sebastião Votre.

CONCLUSÃO: Acho que foi positivo e... ainda não terminou.

Axioma 1: O debate nos permitiu localizar melhor as diferenças e, sobretudo, as semelhanças.

Axioma 2: Favoreceu uma compreensão mais circunstanciada dos papéis desempenhados pelos diferentes paradigmas na descrição/ interpretação da linguagem humana.

10. Milton do Nascimento.

CONCLUSÃO: A meu ver, na verdade não houve tal debate.

Axioma 1: Creio que valeu a pena ter feito aquelas considerações sobre o trabalho dos referidos professores por terem provocado o artigo do professor Mike na *D.E.L.T.A.*, vol.7, n.1, 1991.

11. Mike Dillinger.

CONCLUSÃO: Na verdade, não houve debate, porque não houve diálogo. À ausência de réplica de todos os autores, não há debate.

Axioma 1: O público não sabe se Naro e Votre têm argumentos irrefutáveis para os problemas que eu e Milton levantamos, nem se Milton aceita minhas observações sobre sua posição, nem se Naro e

Votre mudaram de idéia por causa das outras contribuições ou se eu ou Milton mudamos de idéia.

Postulado: A exposição unilateral de opiniões não constitui debate.

Dada esta análise, pode se dizer o número de CONCLUSÕES que negam por uma ou outra razão que tenha ocorrido debate é 7. E os TIPOS DE CONCLUSÕES podem ser esquematizados em:

NEGATIVAS: Não foi propriamente um debate: 1, 2.

Houve um não-debate: 4.

Não houve debate porque não houve diálogo: II.

Não houve debate: 5, 7, 10.

POSITIVAS: Houve debate: 3, 6, 8, 9.

Nos casos em que houve a negação da ocorrência de debate, essas negações possuem matizes diferentes segundo cada autor, revelando os diferentes sentidos atribuídos à palavra "debate". Mesmo nos casos de respostas positivas (ou seja, que aceitam a existência de debate), elas exprimem também visões distintas em relação ao que seja um debate - (3.) Mary Kato atribui o debate a uma necessidade ("tive de fazê-lo"); (8.) Anthony Naro aceita a ocorrência de debate e, ao mesmo tempo, efetua uma observação paradoxal ("o debate teórico é uma diversão").

Da observação dos tipos de conclusões decorre que a noção de debate é referencialmente opaca dado este *corpus* de respostas. Isto é, existem tantas definições/denotações possíveis para a noção de debate quanto o número de autores/locutores envolvidos. Não é possível determinar uma definição que seja a mais representativa, dado que todas são válidas por princípio e, ao mesmo tempo, todas aparecem como superficialmente incompletas.

Parece não haver um consenso em torno do que seja um debate ou do que representa ou da sua importância. É neste sentido que utilizo a expressão "referencialmente opaco", pois ela serve para representar esta situação em que não é possível estabelecer uma referência (no caso, definição) que não implique uma regressão das distintas visões dos autores das respostas. Contudo, algumas características poderiam ser agrupadas como, por exemplo, a relação do debate com a possibilidade de diálogo - que aparece diversas vezes no *corpus*. Mas tal relação resulta insuficiente para caracterizar o debate, pois seria necessário

esclarecer, por sua vez, o que seja o diálogo, e os dados são insuficientes para tanto.

Por estas razões, a opacidade da noção de debate faz com que não seja possível caracterizar como "debate" os eventos que aconteceram, e dos quais o *corpus* de respostas é testemunho. Conseqüentemente, a questão que se coloca é a de desvendar o que aconteceu, recorrendo também ao *corpus* de '93, que representa o conjunto de eventos que aconteceram. Começamos, então, pelas pistas que são sugeridas a partir das respostas acima, numa análise de outros elementos que participam da argumentação.

4. O caminho traçado pelos postulados

As proposições que, para fins metodológicos chamo de postulados, constituem o limite superior a que podemos ter acesso através dos enunciados lingüísticos. Nos postulados, apesar de sua imprecisão aparente, podemos ainda ver os traços dos enunciados de que derivam por processos de pressuposição e/ou implicitação, traços que permitem que sejam construídas as pontes que levam das unidades lingüísticas para suas pressuposições e contextos. Além deles, somente encontramos premissas que representam de modo impreciso certa categoria de objetos abstratos compartilhados por uma comunidade lingüística - objetos que Perelman define como *loci* (Perelman & Olbrechts-Tyteca, 1971:83).

Nesta parte, o estudo da argumentação nos leva dos postulados aos *loci*, ou seja, das unidades que reconhecemos como pertencendo a um nível semântico de representação lingüística (postulados) para unidades mais abstratas através das quais se apresentam valores e hierarquias de uma comunidade lingüística.

O caminho para os *loci* apresenta um risco já conhecido para os que trabalham com argumentação, o risco da "interpretação excessiva" ou o descontrole nas interpretações requeridas do observador. Este problema, transformado em verdadeira objeção para o estudo da retórica, deriva de uma dificuldade real inerente ao estudo da argumentação: a própria argumentação constitui, apesar da sua história milenar, uma das regiões "obscuras" da atividade lingüística por requerer, para sua descrição, a reconstrução de partes de argumentos

não presentes nos enunciados, mas a eles ligados apenas através de processos de implicação e/ou pressuposição; processos, de modo geral, chamados de inferenciais. Os *loci*, representando as premissas que justificam os argumentos, são passíveis de tais objeções - como, por exemplo, em Verdaasdonk, 1976.

Entretanto, as pistas fornecidas por Perelman indicam uma direção que ajuda a ancorar e impedir a proliferação de interpretações, ou a amenizar uma visão relativista da argumentação. A pressuposição envolvida na argumentação - e, portanto, também nos *loci* - está relacionada, de modo geral, aos valores e hierarquias enquanto objetos de um acordo primário entre os indivíduos de uma mesma comunidade lingüística (op.cit.pp.84-85). Dado que se trata de objetos exprimindo um acordo primário pressuposto, tais valores e hierarquias podem ser expressos ou descritos através de premissas de caráter geral que, muitas vezes, podem ser confundidas com os chamados "lugares comuns"⁵.

Porém, o que aqui interessa não é identificar os lugares comuns que exprimem os acordos primários ligados ao senso comum, mas as premissas que decorrem especificamente dos postulados e representam o *locus* ou os *loci* característicos (dos acordos primários) desta nossa amostra.

Em vista do *corpus* (de'94), e dado que a noção de debate se caracteriza pela sua opacidade - colocando em evidência a dificuldade de se determinar os objetos de acordo(s) primário(s) (valores e hierarquias) que sustentam os argumentos veiculados pelas respostas - é previsível que não encontremos "lugares comuns", mas premissas que, na minha hipótese, definem uma problemática comum enquanto "objeto de acordo primário".

Como este tipo de raciocínio resulta abstrato, tentarei mostrar estes fenômenos através de uma análise que tem na sua base os postulados definidos por cada argumento.

Numa primeira parte, portanto, tentarei formular as hipóteses que decorrem, na minha interpretação, de cada postulado, na forma de premissas de caráter geral. Numa segunda parte desta mesma análise, tomando essas mesmas premissas tentarei identificar (através de novas premissas ainda mais abrangentes) os *loci* que intervêm nesta

argumentação específica, atuando como base de sustentação/justificação dos próprios argumentos.

Argumento 1. Postulado: O diálogo científico rigoroso não implica inimizade.

Argumento 2. Postulado: quem quiser trabalhar com lingüística histórica tem de estar à altura das exigências.

Argumento 3. Postulado: Atacar um trabalho a partir de uma perspectiva diferente não seria fazer um debate real (um diálogo entre ouvintes), mas um diálogo entre surdos.

Argumento 6. Postulado: todo debate científico é positivo.

Argumento 7. Postulado: A discordância é um modo de mostrar que a palavra do outro nos interessa. A discordância veiculada através de uma resposta (debate) implica uma forma de respeito pelo interlocutor.

Argumento 8. Postulado: No debate teórico ninguém muda de posição.

Argumento 11. Postulado: A exposição unilateral de opiniões não constitui debate.

Uma análise de, por exemplo, o postulado do argumento 3, servirá para caracterizar o *locus* que, na minha hipótese, é compartilhado pelos postulados em conjunto ou, em outras palavras, o *locus*, neste caso, define uma região argumentativa comum.

O postulado do argumento 3 define um objeto (o debate real) vinculando a perspectiva teórica com a possibilidade de diálogo: "os interlocutores devem compartilhar da mesma perspectiva teórica no debate real". Isto pressupõe que, num debate real, o objetivo é a compreensão (a função essencial de qualquer diálogo é a compreensão enquanto requisito necessário para qualquer troca de informação). Por sua vez, a condição para que ocorra a compreensão é que os interlocutores se posicionem na mesma perspectiva teórica.

Assim, temos as seguintes premissas:

- A função do debate é o diálogo/a compreensão, e (para tanto, necessariamente)

- Os interlocutores devem estar na mesma perspectiva teórica.

A fim de definir o *locus* que indicam estas premissas, faz-se necessário questionarmos as mesmas do ponto de vista do que elas representam. Sem dúvida, estas premissas representam a função e a condição de um debate sendo, portanto, de caráter normativo. Elas remetem para valores regulando o comportamento dos indivíduos dentro de um debate. Nesse sentido, pode se dizer que o *locus* definido por essas premissas é o das normas de comportamento⁶.

Com algumas especificidades, todos os postulados acima - menos um - podem ser enquadrados nesse mesmo *locus* das normas de comportamento. Como agora parece ficar claro, o *locus* reflete, dadas as características desta amostra, um "acordo primário" em torno de uma mesma problemática: a das normas de comportamento num debate.

O único postulado que se enquadra num *locus* diferente é o do argumento 6. Não é coincidência o fato de ele representar uma proposição categórica (universal afirmativa). O que parece ocorrer, neste caso, é que a proposição categórica funcionando como postulado no argumento, não nos permite interpretar a subjacência de um *locus* diferente do senso comum - que representa o arquétipo dos acordos primários e não tem valor informativo neste caso (em que não foi proposto o senso comum como objeto).

5. Do problema colocado pelo *locus* e da sua resposta

Retomando a conclusão da parte anterior, o conjunto de postulados dos argumentos do *corpus* definem um acordo em torno de uma problemática comum: a das normas de comportamento dos indivíduos num debate. Esta última formulação representa, então, o que chamei de *locus* definido pelos argumentos 1, 2, 3, 6, 7, 8 e 11.

Assim, se a noção de debate resulta opaca, o *locus* definido acima representa uma consequência dessa opacidade: como não é possível definir o que aconteceu de fato (se foram debates ou não), então, tornou-se necessário focalizar as normas de comportamento que se estabelecem numa troca científica - como provável requisito para uma classificação posterior dos eventos que aconteceram. Em outras palavras, a definição ou o consenso, em torno da noção de debate passa pela consideração das normas de comportamento - a prova disto é o

próprio *locus* acima, atestando a ocorrência de um "acordo primário" em torno dessa problemática.

A resposta para esta situação aparentemente confusa, em que não se pode classificar os eventos que aconteceram mas também não se pode negar o fato de que eles aconteceram, é que as normas de comportamento a partir das quais poder-se-ia chegar num suposto consenso sobre o que sejam os debates lingüísticos são, por sua vez, construídas no próprio processo de debate. Isto é, este tipo de problemática surge toda vez que o objeto em questão está efetivamente sendo construído, quando é possível observar na manifestação do discurso lingüístico argumentado a geração das suas próprias regras.

As normas de comportamento (no debate) podem ser definidas a partir das regras éticas que foram geradas naqueles eventos. Por esta razão, uma leitura das regras de comportamento geradas em um dos eventos ocorridos ilustrará a idéia que acabo de expor.

5.1. Observando os eventos representados pelo *corpus* de '93 (os debates propriamente ditos), extraio apenas uma parte para análise. Tal parte, diz respeito ao que denominei de "debate A", mantido entre dois lingüistas no Brasil - R.E. Hoyos-Andrade e Myriam Barbosa da Silva - e cuja estrutura geral é: "livro, resenha, réplica, tréplica" (publicadas, as duas últimas, pela revista D.E.L.T.A. entre 1987 e 1988), originado a partir da publicação de um trabalho em formato de livro em 1981. Destaco três trechos, correspondendo, os dois primeiros, à "réplica", e o último, à "tréplica".

Os dois trechos (parágrafos) da réplica:

"E11. 'Não fosse a possibilidade de seu conteúdo [da resenha] vir a confundir aos que, não conhecendo a obra, passem a julgá-la ou se sintam desestimulados a conhecê-la pela avaliação do resenhante, não me disporia a comentá-la, tanto porque este trabalho já mereceu a aprovação não só da banca examinadora do curso de Mestrado em Letras da UFRJ, formada por figuras de prestígio no meio científico/acadêmico, mas também do conceituado conselho editorial da Editora Ática, além daquela vinda de colegas, que lá e cá me procuram para manifestar-se sempre positivamente em

relação a ele.' (Barbosa da Silva, 1987:237)" (apud Ruben, 1993:173).

"E13. 'Como disse no começo, ao rebater as críticas formuladas por Hoyos-Andrade, pretendemos esclarecer o público e convidá-lo a conhecer o livro. Não pretendo iniciar uma polêmica, primeiro porque não há o que polemizar, e segundo, porque isso demandaria tempo, que só desejo dispendar com os novos trabalhos a que me dedico.' (Barbosa da Silva, 1987:241)" (apud Ruben, op.cit.p.182)

O trecho (parágrafo) da tréplica:

"E14. '1. Em primeiro lugar, ela parece considerar seu livro imune a toda e qualquer crítica ao afirmar categoricamente, no fim da sua réplica, que no seu trabalho 'não há o que polemizar' e ao invocar, no começo da mesma, a autoridade da prestigiosa banca examinadora que a aprovou e à dos inúmeros colegas que a procuram para 'manifestar-se sempre positivamente em relação a ele' (F1). Não sabemos como esta atitude de assumida incriticabilidade possa e deva ser considerada num ambiente realmente científico e universitário: não somos nós que iremos julgá-la.' (F2) (Hoyos-Andrade, 1988:115-6)" (apud Ruben op.cit.p.184).

Dos três trechos acima - que naquele trabalho chamei de enunciados - analisarei apenas o último (enunciado E14), tendo colocado os dois anteriores a modo de ilustração do contexto de E14.

Neste enunciado, baseando-me na análise já realizada em 1993, o locutor enuncia uma regra ética. Retomo, para mostrar este fato, a análise argumentativa já realizada, cujo método, diferente embora não contraditório ao aqui empregado⁷, foi inspirado nos trabalhos de O.Ducrot.

Na primeira frase (F1) encontramos três proposições *a*, *b* e *c*:
 "/Em primeiro lugar, ela parece considerar seu livro imune a toda e qualquer crítica/*a* /ao afirmar categoricamente, no fim da sua réplica, que no seu trabalho 'não há o que polemizar'/*b* e /ao invocar, no começo da mesma, a autoridade da prestigiosa banca examinadora que a

aprovou e à dos inúmeros colegas que a procuram para 'manifestar-se sempre positivamente em relação a ele' /c.

Estas três proposições correspondem a dois enunciados - Fl1a e Fl1b:

Fl1a: mostra uma asseveração de *a*.

Fl1b: mostra uma asseveração da asseveração de *b* e de *c* por BS.

(BS: autora da réplica)

Nestes enunciados, o locutor não assume diretamente a enunciação. Toma o cuidado de apresentar o primeiro enunciado como uma interpretação que ele mesmo faz sobre a réplica da autora (Barbosa da Silva -BS). A locução "parece considerar", que oculta, de fato, o sujeito da enunciação, traz à tona o locutor como sujeito de uma interpretação. A escolha pela forma: "ela parece considerar seu livro imune...", revela um sujeito de interpretação, pois haveria outras formas de exprimir a mesma proposição, como: "ela considera seu livro...", ou "Parece que ela considera..."; dois exemplos que revelam dois extremos sob os quais o locutor poder-se-ia ocultar sem assumir a enunciação - nem a interpretação. No primeiro, o locutor assimilar-se-ia a um enunciador (ela); no segundo, o locutor assimilar-se-ia a um enunciador estranho. A escolha por uma forma aparentemente atenuada ou menos direta não é, na verdade, a escolha de uma forma elegante pelo seu caráter atenuado: ela revela a consciência do locutor de seu ato de interpretação, ao deixar nessa forma superficial sua marca enquanto sujeito de uma interpretação.

Fl1b apresenta BS como sujeito da ação: remete para as afirmações de BS na sua réplica. Assim, o que ocorre, de fato, é que o locutor mostra as afirmações de BS (*b* e *c*). Fl1b denota uma relação de causalidade com Fl1a, em que Fl1b funciona como o antecedente. Levados estes fatos para um pensamento formal muito simples, podemos observar como este raciocínio é possível e em que bases se constrói a argumentação:

Na lógica proposicional, para que seja verdadeira uma relação de implicação é necessário que o antecedente não seja passível de negação,

caso contrário - se o antecedente admitir falsidade - a relação será falsa. Ora, de maneira análoga podemos observar o encadeamento de F1a e F1b e constatar como a argumentação se vale dos subterfúgios da polifonia para evitar a negação do antecedente. Vejamos.

- 1) Em F1a: o locutor se assume como sujeito da interpretação e mostra a asseveração de uma proposição ("a autora considera seu livro in criticável").
- 2) Se considerarmos que o locutor assume somente a interpretação da proposição α , então F1a é passível de negação ou de afirmação.
- 3) Em F1b: mostram-se as afirmações de BS. F1b não pode ser negado, pois as afirmações de BS constituem fatos (inegáveis).
- 4) Se, como foi dito acima, o encadeamento entre os dois enunciados acontece através de uma relação de implicação material (lógica), então esperar-se-ia que o antecedente não possa ser falseado - pois, caso contrário, ruiaria toda a implicação (F1a + F1b).
- 5) Se a "mostração" das afirmações de BS constitui um argumento não falsificável e, essas afirmações, do ponto de vista do seu conteúdo, dão origem à interpretação de HA (veiculada por F1a), então F1b constitui o antecedente numa relação de implicação com F1a.
- 6) Embora, do ponto de vista discursivo e superficial, antecedente e conseqüente apareçam invertidos em suas posições, o jogo de posições do locutor com relação a cada enunciado denuncia a sua competência discursiva: quando o locutor assume como argumento uma interpretação, ele (sabe) admite poder ser falsificado. Porém, quando este fato (a possibilidade de falsificação de uma interpretação) é colocado, ou se manifesta, no conseqüente de uma relação de implicação, a possibilidade de falsificação da implicação inteira passará a depender da verdade ou falsidade do antecedente.

Note-se, como diz claramente I. Copi na sua clássica obra de introdução à lógica, que: "Lo que afirma un enunciado hipotético es que su antecedente implica su conseqüente. No afirma que su antecedente sea verdadero, sino solamente, que si el antecedente es verdadero, entonces su conseqüente también es verdadero." (Copi, 1962:227). Transportando isto para o plano da enunciação, temos: um argumento hipotético comporta uma relação de implicação entre enunciados, afirmando que se o enunciado com função de antecedente é verdadeiro - no exemplo, F1b é sempre verdadeiro porque mostra (a existência de) duas (outras) afirmações, constituídas assim como objetos empíricos

observáveis e verificáveis – então seu conseqüente (F1a, a interpretação assumida pelo locutor) é verdadeiro. Desta maneira, o locutor faz passar como verdadeira uma "interpretação".

A segunda frase do trecho acima (F2) comporta dois enunciados coordenados (pelos dois pontos): F2a e F2b. Em F2a, o locutor, assimilado a um enunciador coletivo — recorrendo a um plural de modéstia — assevera a interpretação (veiculada por F1a), a saber, a atitude por parte de BS, de considerar seu trabalho incriticável. Esta asseveração se revela no contexto de um enunciado negativo em que um enunciador coletivo assevera não saber qual o efeito que a atitude de BS poderá ter no âmbito acadêmico. O tom confessional do enunciado, presente no reconhecimento de um não-saber por parte do sujeito, instaura um novo ato de fala, uma relação pragmática particular entre locutor e alocutário: um ato de confiança ou revelação. A relação definida por esse ato é, no contexto do enunciado, baseada no reconhecimento simultâneo da existência de regras para o debate científico e da falta de identificação ou definição das mesmas.

Note-se, ainda, que o emprego do advérbio "realmente" no contexto de F2a, indica dois tipos de destinatários: um destinatário T, cuja imagem se identificará com a necessidade de estabelecer regras para o debate; e um destinatário U, para o qual isto não é importante - instituídos como num jogo de espelhos a imagem e semelhança de dois destinadores (HA e BS respectivamente).

O emprego do enunciador coletivo (nós) - que é característico neste enunciado e no anterior - e não do enunciador em primeira pessoa do singular, procura amenizar o impacto da revelação. Não adianta dizer que se trata de um discurso objetivo - o locutor que se oculta sob um enunciador coletivo para se distanciar dos fatos - se não entendermos, também, que neste contexto essa forma de expressão procura diminuir a intensidade da confidência (do ato).

Em conseqüência, em F2b há dois sentidos. No primeiro sentido e mais superficial, o locutor, entendendo que o ato de tréplica (que implica um debate) compromete os destinatários a tomarem uma posição (isto é, a emitir um juízo) desmarca-se da responsabilidade de tal juízo. No segundo sentido, que implica uma leitura mais profunda do enunciado, devemos retomar o ato de confiança ou revelação realizado

pelo locutor. Nele, observou-se que o locutor produzia um reconhecimento simultâneo da existência de regras e da falta de definição das mesmas. O locutor é consciente de que tal reconhecimento cria a expectativa no interlocutor de que o passo seguinte possa ser a identificação explícita das regras (de algumas delas, ao menos). Mas, aparentemente, HA anula, em F2b, essa expectativa estabelecendo, ao mesmo tempo, a necessidade de um juízo ("julgá-la") e a impossibilidade de esse juízo ser realizado por um indivíduo só. E, assim fazendo, HA (consciente ou não de seu feito) acaba por estabelecer uma regra para o debate.

Este exemplo, retirado do trabalho de 1993, mostra como é gerada, ou simplesmente, atualizada, uma regra de comportamento. Tal regra enuncia explicitamente uma necessidade: de que as próprias regras sejam construídas coletivamente no processo dos debates.

6. Conclusões

Minha intenção foi colocar dentro de um quadro que faça sentido, mesmo que provisoriamente, os diversos pontos a que cheguei neste trabalho, tomando o cuidado de não creditar a estes resultados algo distinto de uma ordenação lógica dos fenômenos observados.

Da análise das respostas (*corpus* de '94) resulta: a, que a noção de debate é opaca, e, b, o *locus* mostrou, em função dessa opacidade, a existência de uma preocupação comum quanto às normas (regras) de comportamento dos indivíduos nessas situações.

Dos debates: c, a observação dos eventos que efetivamente ocorreram (os debates do *corpus* de '93) indica que essas regras são construídas no próprio processo do debate.

Como foi dito na última parte, decorre destes fatos que a dinâmica dos debates é tão forte que os indivíduos que dele participam (aceitando-o ou não, comparecendo ou não, sendo somente espectadores) estão construindo as suas próprias regras de troca e, nesse sentido, tal dinâmica permite se falar dos debates enquanto mecanismos de conhecimento independentes e específicos.

Estas conclusões estão de acordo com as do trabalho de 1993, em que os debates tinham três propriedades fundamentais: 1. Uma função moderadora, 2. Uma função criativa e, 3. São constitutivos do conhecimento (ou seja, fazem parte desse mecanismo).

A função moderadora - que naquele trabalho era referida ao uso que se faz dos debates na perspectiva histórica⁸ - aqui está presente na oscilação entre as diversas conclusões dos argumentos (das respostas). Oscilação que tornou a noção de debate opaca e que, de acordo com a função moderadora, é lógica e previsível, dado que antes destes debates não há registros de debates lingüísticos publicados que tenham atingido um número expressivo - já que, por sua vez, a própria lingüística, em sua feição moderna, é uma ciência muito jovem no Brasil⁹. Deste modo, a função moderadora atesta uma falta de referente e, por esta mesma razão, neste caso a própria função moderadora está sendo construída com base na geração de regras de comportamento - entre outros fenômenos que os debates trazem à tona.

A função criativa dos debates é evidenciada quando da geração das regras éticas mostrada na parte 5.

Quanto ao caráter constitutivo dos debates para o conhecimento científico, creio que a melhor explicação é que eles representam um mecanismo de reciclagem de conhecimentos, ou seja, o conhecimento/as descobertas são submetidas ao crivo da argumentação comunitária. Parte desse conhecimento passa da esfera científica para a esfera pública tornando-se senso comum ordinário, e uma outra parte se transforma em senso comum da disciplina, permanecendo dentro dela e propiciando o crescimento de um saber comum a uma determinada comunidade.

Os debates lingüísticos funcionam como eventos históricos que veiculam a transformação de conhecimento (científico) num senso comum (também científico) que formará a história da lingüística enquanto um saber cristalizado.

Na medida em que os eventos que foram discutidos representam um momento de construção (disciplinar e histórica), o lugar que ocupam as regras éticas geradas nesses eventos (os debates) é, a partir de agora, passar a integrar o arsenal de normas de comportamento que regerão os próximos debates disciplinares.

Deste modo, estou tentando modelar um ponto de vista lingüístico sobre questões há muito tempo colocadas pela história, através do questionamento, muito caro à lingüística, sobre como ocorrem as mudanças. Neste caso, trata-se de mudanças numa escala distinta das grandezas da lingüística histórica¹⁰ (como as linguas mudam ou quais os fatores de variação/mudança? É possível prever mudanças fonéticas/morfêmicas/sintáticas?). Trata-se aqui das mudanças nos conceitos e dos debates enquanto mecanismo que propicia essas mudanças. Por sua vez, questões formuladas pela filosofia da linguagem através do segundo Wittgenstein, e trazidas para a lingüística pelas mãos de Austin e Searle, encontram aqui uma versão possível para os conhecidos jogos de linguagem e suas regras.

(Recebido em 01/07/94 e aceito em 15/10/94)

NOTAS:

* Centro de Lógica, Epistemologia e História da Ciência (pesquisadora associada)/CNPq.

** Agradeço ao prof. Roberto Cardoso de Oliveira pelos seus comentários sobre este trabalho, e ao prof. Arley R. Moreno, pela sua leitura do mesmo. Agradeço também aos pareceristas da D.E.L.T.A., ao Centro de Lógica e ao CNPq.

1. Não incluí nesta análise o método ducrotiano (que é conhecido entre nós) por considerá-lo muito pouco econômico dados os objetivos desta parte. Contudo, no final deste trabalho recorro à inspiração ducrotiana para a análise de um trecho. (Ver, p. 19 e ss. deste trabalho).

2. É possível, embora pouco generoso, interpretar esta afirmação como uma tentativa de driblar o problema colocado pela complexidade do tratamento das operações formais. Entretanto, cabe ressaltar que o objetivo deste trabalho é a uma ordenação geral dos fatos que iremos levantando ao longo do trabalho. As operações lógicas que Kummer apresenta não foram relacionadas - ao menos, nesse trabalho específico - a algum processo ou nível do processo (representacional ou semântico) que pudesse esclarecer a função real dessas operações. Desta forma, como não se tem certeza do que tais operações efetivamente representam em termos de uma teoria da ação, deixo-as de lado na análise dos meus dados.

3. Ver, por exemplo, as críticas de Verdaasdonk, H., 1976; e também a dificuldade declarada por Perelman & O.Tyteca quanto à imprecisão na determinação da extensão dos argumentos (1971:460).

4. Esta afirmação baseia-se no fato de que estas noções (axioma e postulado) se tornam claras unicamente quando são referidas (ou referem) um sistema determinado - por exemplo, os axiomas e postulados que sustentam a teoria

dos conjuntos. Fora das teorias que originam, axiomas e postulados dificilmente podem ser definidos. Por esta razão, conservo somente a idéia geral de que postulado é uma premissa de caráter mais geral ou abrangente (em algum sentido) do que axioma - embora aqui são definidos de modo particular.

5. Ver, por exemplo, Green-Pedersen, 1984, a respeito dos próprios "Tópicos" de Aristóteles.

6. Perelman & O.Tyteca (1971), obra que tomo como referência principal desta parte, não identificam *loci* com estas características. Por esta razão, e entendendo que, na perspectiva dos autores, eles procuram fazer uma descrição do mecanismo geral da argumentação, convidando, por sua vez, os leitores a realizarem análises empíricas específicas - "*Although the more general loci primarily claim our attention, it is undoubtedly worthwhile to examine the more specific loci which are accepted in various societies and are thus characteristic to them.*" (op.cit.p.85) - tomo a liberdade de batizar este *locus* com o nome acima.

7. Naquele trabalho, o tipo de objetivo proposto visava a uma análise dos elementos lingüísticos que levam da frase (enunciado) para a argumentação/enunciação. Esse objetivo é virtualmente diferente do proposto neste ensaio, em que é necessário um método eficaz e, principalmente, econômico que permita não perder de vista o esclarecimento da questão fundamental colocada pelas respostas: os debates e, simultaneamente, agora, o papel das normas de comportamento.

8. Os debates aparecem (ou são referidos) sempre que uma perspectiva histórica é invocada e transformada em prova num contexto argumentativo qualquer (embora no contexto científico seja mais claramente identificável este fenômeno). A função moderadora é o resultado do emprego que os filósofos e historiadores fazem dos debates - analogamente a uma jurisprudência científica em que os debates ocorridos resultam os "casos" específicos que exemplificam o comportamento "dos juizes" perante determinadas decisões.

9. Para dados historiográficos sobre a lingüística no Brasil, ver: Altman, 1993.

10. Ver, por exemplo, Lightfoot (1993).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALTMAN, M.C.F.S. (1993) *Unificação e diversificação na lingüística: pesquisa documental de produção lingüística brasileira contemporânea (1968-1988)*. Tese de Doutorado. São Paulo: USP (inédito).

COPI, I. (1962) *Introducción a la lógica*. Buenos Aires: Eudeba.

GREEN-PEDERSEN, N.J. (1984) *The tradition of the Topics in the Middle Ages*. Munique: Philosophia Verlag.

- DUCROT, O. (1987) *O dizer e o dito*. Campinas: Pontes.
- _____ et alii. (1980) *Les mots du discours*. Paris: Minuit.
- KUMMER, I. & W. (1976) Logic of action and the structure of practical arguments. IN: T.A. VAN DIJK. *Pragmatics of Language and Literature*. Amsterdam: North Holland (pp.93-105)
- LIGHTFOOT, D. (1993) Uma ciência da história. *D.E.L.T.A.*, 9:2. São Paulo: EDUC. (275-294)
- PERELMAN, CH. & L. OLBRECHTS-TYTECA (1971) *The new rhetoric. A treatise on argumentation*. Notre Dame: University of Notre Dame Press
- RUBEN, M.V.R. (1993) *Identidade estilística e debates lingüísticos no Brasil. Aspectos de história e epistemologia da lingüística*. Tese de Doutorado. São Paulo: USP (inédito).
- VERDAASDONK, H. (1976) Concepts of acceptance and the basis of a theory of texts. IN: T. A. VAN DIJK. *Pragmatics of language and literature*. Amsterdam: North-Holland Pub.Co. (179-227).
- WITTGENSTEIN, L. (1989 [1945]) *Investigações Filosóficas*. São Paulo: Nova Cultural.